



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE
FORO DE PRESIDENTE PRUDENTE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Av. Coronel José Soares Marcondes, nº 2.201, Sala 55 -, Vila São Jorge - CEP 19013-050, Fone: 18-32213144-241, Presidente Prudente-SP - E-mail: prudentefaz@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO. Em 28/07/2021, faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública. Eu, Vitor Antunes Pereira, Assistente Judiciário.

DECISÃO

Processo nº: **1017663-22.2021.8.26.0482**
 Classe - Assunto: **Ação Civil Coletiva - Posturas Municipais**
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Prefeitura Municipal de Presidente Prudente**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Darci Lopes Beraldo**

Vistos.

01) Do pedido de liminar:

Volta-se o Ministério Público contra o evento anunciado no Decreto Municipal nº 32.229/2021, de recepção do Exmo. Sr. Presidente da República, para até 2.000 (duas mil) pessoas, no Recinto de Exposições Jacob Tosello, em Presidente Prudente.

Conforme consignado no Decreto Municipal nº 32.177, de 13/7/2021, “em 31 de julho de 2021 o Município de Presidente Prudente deverá receber o Presidente da República, sua Excelência o Senhor **Jair Messias Bolsonaro**, em agenda oficial, onde fará inauguração do credenciamento junto ao SUS do Hospital Regional do Câncer”.

O ato reportado do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de credenciamento do Hospital Regional do Câncer junto ao SUS, em muito beneficiara os municípios locais e da região, registro que se faz.

Reconhecimento à parte pela Municipalidade, não se autoriza desobediência às normas impostas e vigentes sobre o estado de pandemia, como abaixo discorrerei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE
FORO DE PRESIDENTE PRUDENTE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Av. Coronel José Soares Marcondes, nº 2.201, Sala 55 -, Vila São Jorge - CEP 19013-050, Fone: 18-32213144-241, Presidente Prudente-SP - E-mail: prudentefaz@tjsp.jus.br

Registro, de início, que aglomerações espontâneas (como em ruas, avenidas, praças, etc.) decorrentes da presença de pessoas que tem força natural de atrair uma multidão, como no caso de um Presidente da República, não podem, é claro, ser atribuídas a alguém como de violação à medidas de restrição estabelecidas para enfrentamento da pandemia de covid-19.

Mas a designação de uma recepção (segundo veiculado, um churrasco) para 2000 pessoas implica, sim, violação legal, pelas normas vigentes.

Diz respeito a controvérsia sobre a possibilidade de que o Município, mediante a prática de atos administrativos materiais ou normativos, flexibilize, para determinado evento, as medidas de restrição estabelecidas em âmbito estadual no contexto do Plano São Paulo, estruturado para enfrentamento da pandemia de covid-19.

A resposta é a de que não pode, a propósito como já decidido em ação em trâmite neste Juízo, de nº **1007029-98.2020.8.26.0482**, na qual se sentenciou por se impor ao Município de Presidente Prudente o cumprimento do Decreto Estadual 64.881/2020, reconhecendo-se, em controle difuso, incidental, a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º do Decreto Municipal 30.836/2020 (reabertura parcial do comércio). Buscou o Município, vencido em citada ação, obter efeito suspensivo no recurso de apelação, sem êxito (decisão do Des. Dr. **Aroldo Viotti**).

Sabido que vige neste Estado o **Plano São Paulo**, instituído pelo Governo Estadual pelo Decreto Estadual **64.994**, de 28/5/2020, bem como que pelo Decreto Estadual nº **64.881**, de 22/3/2020, o Governo Estadual decretou a **quarentena no Estado**, disciplinando as medidas de isolamento social. Também instituiu a **fase emergencial do Plano São Paulo**, conforme Decreto nº **65.635**, de 16/4/2021.

O último Decreto Estadual a respeito foi o de nº **65.856**, de 7/7/2021, estendendo a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881 até 31 de julho de 2021.

O controle jurisdicional sobre lesão ou ameaça de lesão, nesta esfera de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE
FORO DE PRESIDENTE PRUDENTE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Av. Coronel José Soares Marcondes, nº 2.201, Sala 55 -, Vila São Jorge - CEP 19013-050, Fone: 18-32213144-241, Presidente Prudente-SP - E-mail: prudentefaz@tjsp.jus.br

decisão, sobre questões afetas à pandemia, não esbarra na análise do mérito administrativo. Como consignado pelo Desembargador Dr. **José Maria Câmara Junior**, “*sem melhor protocolo científico sobre a realidade de fato experimentada por todos, especialmente no Município, o controle jurisdicional irá considerar, sempre, a excepcionalidade de cada caso, frente ao atos normativos municipais e estaduais, além da especificidade da atividade que se pretende retomar e o risco para a população*”. (Remessa Necessária Cível nº 1001026-70.2020.8.26.0404, 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, j. 30/3/2021).

No caso deste processo, previu o Decreto Municipal nº 32.229/2021:

"Art. 2º - Sua Excelência o Senhor Presidente da República poderá ser recepcionado por até 2.000 (duas mil) pessoas, no Recinto de Exposições Jacob Tosello, em Presidente Prudente (Rodovia Raposo Tavares - SP 270 - km 563), oferecendo-se, assim, toda segurança sanitária, obedecendo-se aos protocolos de higiene, em cumprimento das normas vigentes".

Não há previsão, no Estado de São Paulo, na regulamentação das medidas restritivas, de isolamento social, de se realizar um evento desta natureza.

O **Decreto Estadual nº 65.856**, declinado mais acima, prevê um máximo de até 60% da capacidade de ocupação de estabelecimentos mas para atividades específicas, no caso atividades comerciais, religiosas, serviços gerais, restaurantes e similares, salão de beleza e barbearia, atividades culturais e academias de esporte, com rigorosa observância dos protocolos sanitários de biossegurança.

Não prevê, repiso, situação de eventos outros.

Ainda vige a normatização dos Decretos Estaduais citados mais acima, sendo que, na última revisão do Plano SP, ocorrida em 07/07/2021, todas as regiões do Estado de São Paulo permaneceram inseridas na fase vermelha, ainda que com a denominação de fase emergencial (vide fls. 5).

Pelo Decreto Estadual n. **64.994/20**, de 28/5/2020 (Plano São Paulo) anexo III, em nenhuma fase se autoriza “outras atividades que geram aglomeração”. Pelo Decreto Estadual n. **65.635**, de 16/4/2021 (fase emergencial do Plano São Paulo), veda-se aglomerações (art. 3º, parágrafo único, “2º”).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE PRESIDENTE PRUDENTE
FORO DE PRESIDENTE PRUDENTE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Av. Coronel José Soares Marcondes, nº 2.201, Sala 55 -, Vila São Jorge - CEP 19013-050, Fone: 18-32213144-241, Presidente Prudente-SP - E-mail: prudentefaz@tjsp.jus.br

E pelo último Decreto Estadual a respeito, o de nº **65.856**, de 7/7/2021 (medidas transitórias da quarentena), previu-se escala de capacidade de ocupação de estabelecimento, não, porém, para qualquer evento, mas somente para as atividades declinadas, conforme já consignado acima.

Evento desta magnitude, para 2000 pessoas, somente poderia se inserir na categoria dos chamados “eventos testes” anunciado pelo Governo de São Paulo (fls. 35/40), para eventos e locais previamente determinados, seguindo, na forma anunciada, rigoroso protocolo de segurança, com vacinação completa, testagem, monitoramento pós-evento, etc.

Mostra-se o evento questionado pelo Ministério Público, então, ilegal.

Defiro, então, o pedido liminar, para impor ao requerido a obrigação de não fazer, de não realizar o evento previsto nos Decretos 32.177/2021 e 32.229/2021, sob pena de pagamento de multa de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

A recepção pretendida pelo Poder Executivo local, protocolar, cordialidade desejável, deve se dar dentro dos limites permitidos pelo Plano São Paulo, não se inserindo neste limite um evento para 2000 pessoas.

02) Cite-se o réu, para que ofereça contestação, no prazo de 30 (trinta) dias.

Int.

Presidente Prudente, 28 de julho de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**